

Centrais sindicais criticam suspensão de concursos públicos em nova regra fiscal

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (17), a urgência da votação do Projeto de Lei Complementar 93/2023, conhecido como o novo arcabouço fiscal, que cria novas regras para garantir a estabilidade macroeconômica do país e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico. Foram 367 votos a favor e 102 contra.

Na prática, agora a tramitação do PL terá prioridade em relação aos outros projetos que aguardam análise dos deputados, sem a necessidade de passar pelas comissões. Nesse caso, o relator do projeto, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), apresenta o parecer na sessão do plenário, e o texto pode ser votado imediatamente. A expectativa é que o projeto entre na pauta da Casa na próxima semana. Para ser aprovado,

são necessários pelo menos 257 votos na Câmara e 41 votos no Senado.

O projeto de autoria do Ministério da Fazenda cria uma nova regra fiscal em substituição ao Teto de Gastos Públicos, do governo de Michel Temer (MDB), que impede o governo federal de fazer investimentos públicos acima da inflação por 20 anos, prazo que termina em 2036.

A proposta do governo previa que se a meta de arrecadação e gastos não fosse alcançada ficariam de fora da contenção o salário mínimo e o Bolsa Família, que poderiam ser reajustados acima da inflação, mas o relator do PL, deixou de fora apenas a reposição do salário mínimo, tirando o programa de transferência de renda, e incluiu ainda novas travas.

Uma das travas é a que impede a realização de novos concursos públicos, o que para a CUT e mais cinco centrais sindicais é inconcebível por negar direitos aos trabalhadores e às trabalhadoras em serviços públicos, além de ser injusta com toda a sociedade, que irá sofrer as consequências da redução de investimentos em serviços públicos essenciais.

Esta não é a primeira vez que os servidores públicos são alvo de tentativas de diminuição de ganhos e de reconhecimento. A gestão de Jair Bolsonaro (PL) tentou aprovar uma reforma Administrativa que abria caminho para a privatização dos serviços públicos.

Em nota a CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST e CSB, se opuseram a essa proposta do relator da nova regra fiscal.

Fonte: cut.org.br

Confira a íntegra da nota da CUT e das demais centrais

As Centrais Sindicais, abaixo assinadas, vêm manifestar sua preocupação com a regra em debate no Congresso Nacional - projeto PLP 93/2023, que trata do Regime Fiscal Sustentável – cujo substitutivo indica norma que impõe restrições ao cumprimento das despesas orçamentárias relacionadas à folha salarial e contratação de servidores públicos.

Vedar a realização de concursos públicos e negar direitos aos trabalhadores e às trabalhadoras em serviços públicos do Brasil, além de injusta com toda a sociedade, que irá sofrer as consequências da redução de investimentos em serviços públicos essenciais, a medida nega o direito dos servidores públicos a uma remuneração justa e digna. Na medida que impede até mesmo a revisão inflacionária, regra que não é vedada nem mesmo pela Lei de Responsabilidade Fiscal, principal instrumento de controle das contas públicas do país, o substitutivo desestimula a entrada dos profissionais mais qualificados se deixa de reter importantes servidores na Administração Pública.

As Centrais Sindicais atuarão junto ao parlamento brasileiro no sentido de convencer o conjunto dos Deputados para mudar no projeto os pontos citados, visando dar garantia à população mais vulnerável de que os serviços públicos serão prestados com qualidade e na quantidade necessária; e que isso só será possível com respeito ao direito dos servidores públicos a condições de trabalho e remuneração dignas.

Sergio Nobre

Presidente da CUT

Miguel Torres

presidente da Força Sindical

Ricardo Patah

Presidente da UGT

Adilson Araújo

Presidente da CTB

Moacyr Roberto Tesch

Presidente da NCST

Antônio Neto

Presidente da CSB

Clique aqui para baixar a nota em PDF

Leia aqui o que é o arcabouço fiscal e como ele deve impactar na economia e na geração de empregos

Postos serão fiscalizados para garantir queda nos preços dos combustíveis

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse nessa quarta-feira (17) que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) irá fiscalizar postos de gasolina para garantir a redução dos preços dos combustíveis nas bombas.

A Petrobras anunciou redução R\$ 0,44 por litro do preço médio do diesel para as distribuidoras, que passará de R\$ 3,46 para R\$ 3,02 (-12,8%) e a redução do preço médio da gasolina de R\$ 0,40 por litro, passando de R\$ 3,18 para R\$ 2,78 (-12,6%), valor também pago pelas distribuidoras. O botijão de gás de cozinha de 13 quilos teve redução de 21,3%, ficando seu preço médio em R\$ 99,97.

A declaração do ministro ocorre após a empresa estabelecer o fim da política de atrelar os preços dos combustíveis às variações do mercado internacional, chamada Preço de Paridade de Internacional (PPI).

“Teremos a mão firme do governo para que o preço chegue na bomba. O brasileiro tem que ser beneficiado por esse esforço do governo do presidente Lula de impulsionar e criar uma política nacional de preços dos combustíveis justa com o povo brasileiro”, afirmou o ministro em entrevista ao programa A Voz do Brasil, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Ele informou que teve reuniões com a ANP para tratar da fiscalização. “Não vamos transigir. Aqueles que, porventura, tentarem capturar essa conquista dos brasileiros e brasileiras que são combustíveis mais baratos, serão punidos com rigor da lei.”

Na terça-feira (16), a Petrobras anunciou nova estratégia comercial para definição de preços de diesel, gasolina e gás, aprovada pela diretoria executiva da companhia. A nova estratégia acaba com o Preço de Paridade de Internacio-

nal (PPI), a política de preços que, desde 2016, atrelava os preços médios dos combustíveis que a Petrobras vende às distribuidoras às variações dos produtos no mercado internacional, entre outros fatores, para proteger a empresa quanto aos riscos operacionais do setor.

Crítico do PPI, Alexandre Silveira disse que a política era uma barreira para a Petrobras se tornar mais competitiva e cumprir o papel social previsto em lei. “Não fazia nenhum sentido e amarrava a maior petroleira do Brasil em um preço de referência que, muitas vezes, impedia a Petrobras de ser competitiva, inclusive dentro do Brasil. Ela tem que, além de ser uma empresa estável, ter lucro natural para se tornar cada vez mais moderna, competitiva e perene, tem que cumprir seu papel social”.

Fonte: CUT



Fonasefe lança Campanha Salarial 2024 com ato em frente à Câmara dos Deputados

Na atividade que aconteceu nessa quarta, 17, servidores federais levaram suas pautas prioritárias, denunciaram riscos impostos à categoria e aos serviços públicos pelo novo arcabouço fiscal, além de buscar apoio de parlamentares.

Fonte: Condsef.org.br